

Tênuas fronteiras: Literatura e História na trilogia do coronelismo, de Wilson Lins*

Tenuous Frontiers: Literature and History in the Trilogy of “Coronelismo” by Wilson Lins

André Luís Machado Galvão**
Eliana Mara de Freitas Chiossi***

Resumo

O presente trabalho analisa a relação entre Literatura e História nas obras Os Cabras do Coronel (1964), O Reduto (1965) e Remanso da Valentia (1967), que compõem a trilogia do coronelismo do escritor baiano Wilson Lins. As obras ficcionais em estudo, que abordam o fenômeno do coronelismo no sertão da Bahia, trazem em seus enredos diversas situações em que a abordagem ficcional se aproxima do registro histórico, conforme se pode comprovar com a análise de textos historiográficos. A aproximação entre Literatura e História na trilogia em estudo vai além da identificação entre alguns fatos narrados e a descrição do fenômeno social e político do coronelismo no Brasil, principalmente no sertão nordestino, tendo em vista também a inserção do autor e de suas referências autobiográficas nas narrativas.

Palavras-chave

Coronelismo; Literatura; História.

Abstract

This work analyzes the relation between Literature and History in the writings “Os Cabras do Coronel” (1964), “O Reduto” (1965) and “Remanso da Valentia” (1967) that consist of the trilogy of “Coronelismo” by the writer Wilson Lins from Bahia. The fictional works under study that address the “Coronelismo” phenomenon in the “sertão” desert area of Bahia describe several situations in which the fictional approach comes close to the historic record, which can be proved with the analysis of historiographic texts. The close relation between Literature and History in the referred trilogy goes beyond the identification among some facts exposed and the description of the social and political phenomenon of “Coronelismo” in Brazil, especially in the northeast desert area, and also considering the inclusion of the author and his autobiographical references in the narratives

Key words

“Coronelismo”; Literature; History.

* Artigo recebido em 14 de agosto de 2010 e aprovado em 24 de setembro de 2010

** Aluno do Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural na UEFS – BA.

*** Doutora em Literatura Brasileira (UFBA). Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS.

1. Ficção e História

OS CAMINHOS DA LITERATURA E DA HISTÓRIA COSTUMAM SE CRUZAR, e toda obra que tenha como ênfase o tratamento de um tema social aproxima-se ainda mais desse entrecruzamento, fruto das tensões entre os percursos da ficção e o registro da realidade. Toda obra de ficção, mesmo que explorando de forma ampla a imaginação e a capacidade criativa do seu autor, sempre que traz em suas linhas alguma referência a acontecimentos políticos e sociais, esbarra no discurso histórico, nas suas indicações e referências. E, ao pensar na relação entre ficção e relato historiográfico, é necessário incluir o registro biográfico do autor, que constitui também a História.

Nas obras do escritor Wilson Lins que formam sua trilogia sobre o coronelismo, *Os Cabras do Coronel* (1964), *O Reduto* (1965) e *Remanso da Valentia* (1967), a aproximação entre Literatura e História pode ser considerada principalmente nas conexões entre passagens da obra de ficção e fatos devidamente registrados em obras historiográficas. Deve-se ainda levar em consideração a importância do coronelismo como fenômeno político-social no Brasil, principalmente na região Nordeste, e o quanto sua abordagem em um texto ficcional requer pesquisas sobre sua origem, estrutura e funcionamento, pesquisas essas que certamente se aproximarão muito mais do campo de estudo da História que da Literatura.

Sobre o coronelismo, deve-se considerar sua identificação com o mundo rural, reforçada pelo afastamento da atuação dos governos das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, conforme afirma Leal (1997, p. 275):

Conquanto suas conseqüências se projetem sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

Faz-se necessário compreender o Coronelismo como um aspecto da vida social e política do país, para que se tenha noção de como seus mecanismos de atuação se mostram na obra literária, como nela são representados, muitas vezes no espaço em comum entre literatura e história. Nesse sentido, Pang (1979, p. 20) define: “[...] o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como

elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial”.

Para o autor, os pilares sociais, econômicos e políticos legitimam o poder monopolizante do coronel em suas áreas de influência. Complementando essas análises, Faoro (1997, p. 621-622) especifica outros aspectos do poder do coronel:

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mas liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. [...] Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito.

Ao contrário do que acontece com o discurso literário, o limite entre ficção e realidade no discurso histórico é pouco discutido pelo senso comum, e costuma-se atribuir às obras historiográficas um status de verdade, enquanto que ao literário é atribuído um status de invenção. No entanto, o registro histórico apresenta uma atitude ficcional, tendo em vista o papel do historiador como “inventor” de estórias, conforme salienta White (1995, p. 22):

Diz-se às vezes que o objetivo do historiador é explicar o passado através do “achado”, da “identificação” ou “descoberta” das “estórias” que jazem enterradas nas crônicas; e que a diferença entre “história” e “ficção” reside no fato de que o historiador “acha” as suas estórias, ao passo que o ficcionista “inventa” as suas. Essa concepção da tarefa do historiador, porém, obscurece o grau de “invenção” que também desempenha um papel nas operações do historiador.

Esse caráter de ficcionalidade que reveste a conduta do historiador encontra uma recíproca na práxis do ficcionista, quando obras de ficção trazem à tona fatos, reflexões ou inferências históricas, aproximando a obra de ficção do contexto da realidade. Porém, no caso do escritor, essa conduta tem uma aceitação muito maior pelo público leitor, do que no caso do historiador que ficcionaliza de alguma maneira sua narrativa histórica. A ideia geral é a de que trazer história para a ficção é um dado enriquecedor,

legitimador da narrativa, enquanto que trazer elementos ficcionais para a História é um fato que deslegitimaria o trabalho do historiador.

Enquanto a Literatura se baseia na ficção, na capacidade de criação dos seus representantes e também na possibilidade de associações entre mundos imaginários e elementos reais, à História se atribui comumente o registro fiel dos fatos. O que se deve observar, outrossim, é que a imaginação também é um atributo do historiador, pois em contato com os fatos, registros, documentos, deve ele adaptar todas essas referências a uma linguagem que dê conta de transmitir esses conhecimentos. E ao organizar acontecimentos numa sequência inteligível e coerente, o historiador cria, também, uma estrutura narrativa, com enredo definido e carente de sentido. Nesse sentido, White (1994, p. 109) declara que “as histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que ‘comparam’ os acontecimentos nelas expostos a alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária”.

Hayden White atribui o conceito de metáfora ao ato de contar histórias e de contar a História, sendo necessário arrumar os fatos numa sequência e explicá-los de maneira a adquirirem sentido, como uma metáfora literária. Para ele, as narrativas históricas “conseguem dar sentido a conjunto de acontecimentos passados, além e acima de qualquer compreensão que forneçam [...] mediante a exploração das similaridades metafóricas entre os conjuntos de acontecimentos reais e as estruturas convencionais das nossas ficções”. (1994, p. 108). Assim, a estruturação de enredo da narrativa histórica se utiliza de um mecanismo comum à construção do texto ficcional, aproximando ainda mais essas modalidades de texto.

As similitudes entre ficção e História são muitas, e, nas obras literárias em estudo, elas podem ser verificadas, ainda que de forma tênue. Se de um lado a Literatura apresenta uma multiplicidade de sentidos e interpretações inerentes à sua constituição, deixando a metáfora como instrumento evidente de construção do seu enredo, por outro lado, o texto histórico, ao qual se atribui um caráter positivista¹, não demonstra em sua

¹ O autor Stephen Bann (1994) discute o caráter positivista da História, situando-a como “o próprio paradigma do Positivismo”, registrado no século XIX, quando uma disciplina ou prática de cultura era explicada primeiramente por sua história. No entanto, ressalva: “Na medida em que luta para representar os fatos ‘como eles realmente aconteceram’, o historiador está comprometido com a positividade. Mas, na medida em que ele também é um escritor – engajado nas transformações retóricas – e um crente – comprometido com uma visão positiva do que o mundo não é –, este historiador em particular expõe, de

superfície o mesmo instrumento metafórico de constituição do enredo, apresentando, para o senso comum, um status de verdade, por isso pretensamente distanciado da narrativa ficcional. Mas, para Compagnon (1999, p. 222-223), “a história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado; seu texto faz parte da literatura. A objetividade ou a transcendência da história é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico”.

Ao vislumbrar a discussão acerca das aproximações entre História e Literatura, é possível perceber que ambos os discursos se amparam numa mesma matéria-prima: a linguagem. Utilizando-a, constroem sua essência por meio de enredos igualmente estruturados, fazendo uso da metáfora como meio instaurador de sentido. Enfim, suas semelhanças são inequívocas, não obstante a comum atribuição de “verdade” ao discurso histórico em oposição ao sentido “imaginado” da ficção, conforme ensina White (1994, p. 115):

A distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o *real* comparando-o ou equiparando-o ao *imaginável*. Assim concebidas, as narrativas históricas são estruturas complexas em que se imagina que um mundo da experiência existe pelo menos de dois modos, um dos quais é codificado pelo “real” e o outro se “revela” como ilusório no decorrer da narrativa. Trata-se, obviamente, de uma ficção do historiador a suposição de que os vários estados de coisas que ele constitui na forma de começo, meio e fim de um curso do desenvolvimento sejam todos “verdadeiros” ou “reais” e que ele simplesmente registrou o que aconteceu na transição da fase inaugural para a fase final. Porém tanto o estado inicial de coisas quanto o final são inevitavelmente construções poéticas e, como tais, dependentes da modalidade da linguagem figurativa utilizada para lhes dar o aspecto de coerência.

Literatura e História não se opõem, conforme o senso comum pode acreditar. Pelo contrário, muitas vezes se utilizam dos mesmos mecanismos para construir seus discursos, utilizam estratégias similares de convencimento para sustentar suas narrativas e atribuir-lhes coerência ou pelo menos verossimilhança. A linguagem, enquanto elemento essencial a ambas contribui para aproximá-las ainda mais em seu formato e estrutura. As obras de Wilson Lins estimulam essa discussão, uma vez que apresentam

qualquer modo, a negatividade daquela positividade e a positividade da negatividade daquela positividade” (p. 93).

relatos que sutilmente margeiam ficção e realidade, aproximando o coronelismo enquanto fenômeno social e histórico das fantasias e experiências pessoais de um narrador que não se exime de interferir nos rumos da narrativa que conduz.

2. O autor e sua inserção na narrativa

A trilogia do coronelismo criada por Wilson Lins apresenta muitas informações em comum com a vida do próprio escritor. Se existe uma aproximação entre os fatos das narrativas e os fatos históricos da época, o mesmo acontece com a biografia do autor, filho de Franklin Lins de Albuquerque, o mais importante coronel do norte da Bahia, não por acaso o “cenário” de seus livros.

A inserção do autor nas suas obras de ficção, como um narrador que, mesmo em terceira pessoa, descreve em detalhes acontecimentos reais da vida do Coronel de Pilão Arcado, protagonista da trilogia, reforça a tese de que tais obras literárias apresentam um diálogo constante com o relato historiográfico, uma “história dentro da História”. Essa atitude do escritor é registrada por Valverde (2002. p. 9): “Em relação à escritura da trilogia, Wilson Lins lança mão de alguns argumentos de ordem pessoal, decisivos, segundo palavras do próprio autor, para desencadear o processo de ficcionalização, já em sua maturidade, do mundo cantado pelas estórias ribeirinhas de sua infância”.

As “palavras do próprio autor”, citadas por Valverde, serão encontradas em *Aprendizagem do Absurdo*², um livro de memórias escrito por Wilson Lins, publicado em 1997, onde ele narra os momentos mais marcantes de sua vida, com destaque também para a sua produção ficcional. Reforçando a informação de ser filho de um grande coronel, Lins relata:

Com um olho perseguindo o outro, aprendi a ler no colo de minha mãe, professora pública, e comecei a ouvir falar de política por ser meu pai um coronel de muitos votos e muitos jagunços, com raça para enfrentar dois governadores da Bahia e um do Piauí. De sua calçada eu o vi partir e voltar de algumas de suas guerras, entre as quais contra a Coluna Prestes, que o cobriu de glória, e a contra a Revolução de 30, malograda no começo, mas em seguida benfazeja para ele [...]. (A.A., p. 17)

As referências deixadas por Wilson Lins associam o coronel protagonista da trilogia, Franco Leal, ao seu pai, Franklin Lins, inclusive, com nomes bem parecidos. O protagonista da trilogia enfrenta a Coluna Prestes, com sucesso, e se coloca contra

² Este livro passa, a partir de agora, a ser indicado pelas iniciais A.A.

governadores para defender seus interesses e de seus seguidores. São vários os aspectos que marcam a inserção do autor nas narrativas que criou, descrevendo fatos e personagens que misturam ficção, realidade e registro autobiográfico.

A maneira com que são narradas as histórias aponta para uma identificação muito grande do narrador com o protagonista, o coronel Franco Leal. Seus feitos são sempre elogiados, tratados como atitudes heróicas, dignas de um grande líder. Suas decisões não são contestadas, mas sua influência política e seu carisma são enaltecidos. Trata-se de um narrador que, portanto, se projeta no autor, o filho do grande coronel que por sua vez se reveste de personagem da obra literária.

Fatores como nomes das cidades e personagens³, datas, fatos históricos fazem parte do conjunto ficcional que revelam a inserção do autor na narrativa. O fato de ele não revelar, no primeiro livro da trilogia, o nome do coronel protagonista, poderia disfarçar tal inserção, mas a partir da segunda obra, *O Reduto*, a definição do nome reforça ainda mais essa tendência. Mas essa integração entre a realidade contextual do escritor e sua produção literária é própria da atividade ficcional, segundo aponta Maingueneau (1995, p. 47): “Da mesma forma que a literatura participa da sociedade que ela supostamente representa, a obra participa da vida do escritor. O que se deve levar em consideração não é a obra fora da vida, nem a vida fora da obra, mas sua difícil união”.

A trilogia do coronelismo de Wilson Lins se compõe de enredos marcados por ação, distensão e nova ação, em que os fatos se sucedem numa dinâmica temporal coerente, condizente com que o próprio registro histórico determina. A ficção, o escopo criativo do escritor se nutre, além da imaginação inerente a essa atividade, de conhecimento histórico e vivência pessoal daquilo que narra, como resta comprovado nas semelhanças entre a narrativa e os registros historiográficos e biográficos do escritor. É um autor que reinventa mais que cria, dando cores diferentes aos cenários que vislumbrou e pesquisou ao longo de sua existência, como ele mesmo relata: “A

³ No que se refere aos nomes dos personagens que compõem a trilogia, é marcante a semelhança entre o nome do maior inimigo do coronel Franco Leal nas obras literárias, Torquato Thebas, e Francisco Leobas, da cidade de Remanso, opositor histórico de Franklin Lins de Albuquerque, pai do escritor Wilson Lins: “No Diário de Remanso de 10 de março de 1920, [...] foi criada a ‘Junta Revolucionária do São Francisco para a libertação da Bahia’ [...], subindo na ocasião ao poder, com o apoio de Franklim de Albuquerque, e Anfilóbio Castelo Branco, o senhor Francisco Leobas de França Antunes, que anos mais tarde, de 1926 em diante [...] passou a hostilizar os coronéis José Castelo Branco e Olímpio Campinho. Daí em diante, como esses coronéis eram amigos pessoais do Cel. Franklim de Albuquerque, este passou a ter Leobas como adversário político” (Santos, 2005, p. 31-32).

ficção, que em meu caso é mais reinvenção que criação, é o recurso de que às vezes lanço mão para me libertar da obsessão de remexer o passado” (A.A., p. 254).

3. A marcha contra a Coluna

A aproximação entre Literatura e História no livro *Os Cabras do Coronel*⁴ vai além da identificação entre alguns fatos narrados e a descrição do fenômeno social e político do coronelismo no Brasil, principalmente no sertão nordestino. A trama reserva ainda o registro da passagem da Coluna Prestes pelo sertão nordestino, e as lutas que travou contra os “exércitos” dos coronéis, inclusive com o do protagonista. O narrador registra a passagem da Coluna Prestes pelo sertão e seus confrontos com os coronéis da região, estes a serviço do governo federal nessas contendidas. O movimento liderado por Luís Carlos Prestes encontrou nessa região uma importante barreira para seu avanço: as frentes lideradas pelos poderosos chefes locais contra os “colunistas”.

No que se refere à Coluna Prestes, Macaulay (1977, p. 10) a define como:

Um movimento militar, revolucionário, foi derrotado nos centros civilizados do Brasil em 1924, levando assim 1.500 soldados rebeldes, como os troianos de Enéas, a se deslocarem pelas fronteiras da barbárie, numa missão destinada a reconstruir a nação. Por mais de dois anos eles perambularam por uma área de 25.000 km, desde os pampas do Sul, através das florestas do vale do Paraná, para diante e para trás, no árido interior do Nordeste, nos cerrados do Brasil Central, através de pântanos de Mato Grosso, até as fronteiras da Bolívia e do Paraguai.

Em sua passagem pela Bahia, a Coluna Prestes enfrentou os “pistoleiros” e “as forças que os proprietários de terras poderiam arregimentar” citados por Macaulay. No sertão, esses proprietários de terra eram os coronéis e os pistoleiros eram os seus jagunços. Nesse trecho, como se pode perceber, o historiador se rende à ficção, utilizando em seu discurso expressões como “fronteiras da barbárie” e “árido interior do Nordeste”, inserindo na narrativa historiográfica pontos de vista e impressões que se afastam do relato imparcial dos fatos. Aqui, História e ficção se encontram em sentido oposto ao comum: a História se aproxima da ficção, e não o contrário.

Na obra ficcional em análise, o aparecimento da Coluna em terras baianas é registrado em primeiro momento pelo grupo chefiado pelo ex-cabo-de-turma do coronel de Pilão Arcado, Domingos Amarra Couro. Do alto de um morro, avistam o exército

⁴ Este livro passa, a partir de agora, a ser indicado pelas iniciais C.C.

vindo do sul, e o chefe do grupo deduz se tratar de uma tropa de policiais. Tal impressão é desfeita logo em seguir pelo narrador, ao descrever o numeroso pelotão:

Eram jovens, na sua maioria, e aquele que parecia o mais jovem de todos, dava a impressão de ser o comandante, pois ia na frente da tropa, dava ordens, a cada instante era consultado pelos outros, pequeno, franzino, de longas barbas negras, tinha o rosto coberto por um chapéu de abas largas, e cavalgava com desembaraço.

Em dado momento, um jovem cavalariano que trazia nas platinas os galões de coronel, acercou-se dele e falou:

— Isto aqui é um deserto pior que as Lavras.

— Mas não demoraremos a alcançar a margem do São Francisco, então você verá o deserto transformar-se em verdadeira – respondeu o comandante, que não era outro senão Luís Carlos Prestes, capitão revoltoso, que sublevara uma guarnição do Exército, no Rio Grande do Sul, e há dois anos vinha rasgando sertões, perseguido pelas forças legais, lutando sem se entregar. (C.C., p. 163-164)

Com a confirmação de se tratar da famosa Coluna, a narrativa prossegue trazendo informações que estão referendadas nos registros históricos. No trecho anterior, a referência às Lavras Diamantinas ratifica a passagem do pelotão cortando o estado, passando pela região central, antes de chegar ao norte, nas proximidades de Pilão Arcado e Remanso e do rio São Francisco. Outro dado que reforça a aproximação entre história e ficção na narrativa é trazido logo a seguir: “Naquela manhã de junho de 1926, depois de terem descansado três dias no Brejo da Brazida, os revoltosos, que na véspera tinham pernoitado a pouca distância do arraial das Almas, marchavam na direção do Taboleiro Alto, de onde esperavam seguir para a barranca do rio, visando atravessá-lo, para se internarem no Piauí.” (C.C., p. 164)

O ano de 1926 é o ano em que a Coluna Prestes adentra a Bahia, e ela passa pela região das Lavras Diamantinas e nos arredores de Pilão Arcado e Remanso, conforme explica o historiador Luís Henrique Dias Tavares (2008, p. 351):

Comandada por jovens oficiais do Exército – Luís Carlos Prestes, Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros, Antônio Siqueira Campos e Djalma Soares Dutra – a Coluna entrou na Bahia na noite de 25 para 26 de fevereiro de 1926. Atravessou o rio São Francisco entre Várzea Redonda e Jatuba (atual Petrolândia), daí começando uma marcha de 558 quilômetros pela caatinga, sob condições adversas, cerca de 1.200 homens sem montaria suficiente, carregando armas velhas e com reduzida munição, oficiais e centenas de soldados marchando a pé. Passaram ou estiveram próximos de Lençóis, Minas do Rio de Contas, Condeúba, Jacaraci, Serra Nova,

Jatobá, Ituaçu, Remanso, Sento Sé, Mundo Novo, Monte Alegre (atual Mairi), Tucano, Pombal e Rodelas.

Ainda no tocante à data a que se faz referência no texto ficcional, junho de 1926 se aproxima dos registros históricos, em se considerando que a Coluna, conforme o texto historiográfico, chegou à Bahia em fevereiro de 1926 e, à época, era de se esperar que demorasse aproximadamente quatro meses, dadas as dificuldades de locomoção já descritas, até chegar à divisa entre Bahia e Pernambuco, ao norte, por onde havia entrado no estado, antes de percorrer parte da Chapada Diamantina, para depois voltar ao sertão. Não obstante essa conjectura, a data constante da obra de ficção é ratificada no registro historiográfico de Macaulay (1977, p. 218-219):

Em Xique-Xique, Abílio Wolney juntou suas forças às do “coronel” Franklin Lins de Albuquerque, o coronelíssimo do Médio São Francisco e, juntos, interceptaram os rebeldes quando estes alcançaram o rio, perto de Cajuí. Depois de um combate, a 26 de maio, os revolucionários recuaram e desapareceram na caatinga. [...] Enquanto as forças do Governo se concentravam ao longo do São Francisco, os rebeldes se movimentaram para o sudeste, não encontrando praticamente resistência alguma e iam abastecendo sua cavalaria. Então, arremeteram ousadamente através da estrada de Ferro Leste do Brasil e por volta de 20 de junho estavam a 170 km de Salvador. [...] A Coluna Prestes, depois de marchar paralelamente à costa durante quase uma semana, coletando dezenas de contos de réis como tributo dos comerciantes locais, voltou-se para o interior, no dia 26 de junho. Menos de uma semana depois, os rebeldes surgiram no povoado de Rodelas, no São Francisco, a cerca de 60 km do ponto em que haviam atravessado para a Bahia. O povoado foi ocupado sem resistência e várias canoas pequenas encontradas. Um pelotão do destacamento de João Alberto atravessou nelas o rio e capturou quatro barcos a vela carregados de gado. Nessas embarcações, os 900 revolucionários e quase todos os seus cavalos atravessaram para Pernambuco, nos dias 2 e 3 de julho de 1926.

Diante do exposto acima, os rebeldes estiveram em Cajuí, nos arredores de Pilão Arcado e Remanso, em 26 de maio de 1926 e marcharam para sudoeste, chegando a Rodelas no fim de junho do mesmo ano, comprovando que a situação exposta na obra ficcional em estudo, com referência à data de junho de 1926, tem sustentação no registro historiográfico da passagem da Coluna Prestes pela Bahia. Na obra, os rebeldes haviam descansado no Brejo da Brazida, um lugarejo próximo a Cajuí, nas proximidades do rio São Francisco.

Em paralelo à entrada da Coluna Prestes na Bahia, a narrativa de *Os Cabras do Coronel* registra a aproximação de um embate entre o coronel de Pilão Arcado e o coronel Thebas de Remanso, devido a disputas de terras e também ao fato de o chefe de Remanso ter praticado várias arbitrariedades contra os aliados do seu grande inimigo, inclusive dando voz de prisão a inocentes por conta das diferenças entre os chefes locais. A guerra entre os coronéis de Pilão Arcado e Remanso, porém, não aconteceu, pois a atenção do coronel de Pilão Arcado mudou de foco:

Com a notícia de que os revoltosos se aproximavam da ribeira, os coronéis, em toda região, ficaram de sobreaviso, prontos para se defenderem tanto dos insurgentes quanto das forças governistas, uma vez que para eles tudo que viesse de fora era inimigo e como tal deveria ser recebido. Eis, porém, que às mãos de todos eles começaram a chegar telegramas dos deputados e senadores que os representavam no Congresso Nacional, e do próprio presidente da República, concitando-os a que colaborassem na defesa da legalidade, e todos, prontamente, colocaram-se às ordens do governo da União. Tendo-se colocado à disposição do governo federal, para combater os rebeldes, estava o Coronel aguardando os acontecimentos, sem perder de vista o seu rival de Remanso, quando, certa manhã, foi chamado ao telégrafo para uma conferência com o general que se encontrava em Joazeiro (sic), e deste recebeu o pedido para que seguisse incontinenti com seus homens para cortar o avanço da Coluna Prestes, que, se encontrando no interior de Sento-Sé, ia tentar cruzar o rio no ponto que fosse mais viável, entre Pilão Arcado e Remanso. (C.C., p. 165-166)

Com o avanço da Coluna Prestes em terras nordestinas, grande parte do “exército” de Pilão Arcado foi engajada na luta contra os “revoltosos” que cortavam o país. Isso aconteceu a pedido de deputados, senadores e até do presidente da República, que em troca do apoio garantiram dinheiro, muita munição e a não participação das fileiras do inimigo de Remanso na luta contra o exército de Prestes, além da proteção aos correligionários do chefe arcadense que naquela cidade se encontravam. Assim, pôde o coronel comemorar uma dupla vitória: o desprestígio de seu maior adversário e a garantia da segurança aos seus amigos em Remanso. Dessa forma, o coronel, que não tinha o apoio do governo estadual, passava a gozar de grande prestígio junto ao governo federal, o que lhe garantia ainda mais poder nas regiões sob seu domínio e influência.

A participação dos coronéis, formando e comandando volumosos batalhões na luta contra a Coluna Prestes tem vários registros em textos historiográficos. Conforme aponta Tavares (2008, p. 352):

Passando por cima da autoridade do governador Góes Calmon, que insistia na só utilização de tropas regulares nas operações militares, o governo [do Presidente Arthur] Bernardes decidiu incorporar coronéis da Chapada Diamantina e do São Francisco ao combate contra a Coluna. Intermediados por chefes do coronelismo baiano residentes no Rio de Janeiro, os deputados e irmãos Francisco e Geraldo Rocha, os coronéis Horácio de Matos, Franklin Lins de Albuquerque, Abílio Wolney e outros, receberam muito dinheiro, muitas armas e munições para formar batalhões e combater a Coluna. Quando organizados somaram cerca de 3.500 homens bem alimentados, armados e municiados, conhecedores da caatinga em que lutavam e sabiam que (sic) utilizar a tática de emboscadas e tocaias.

Reforçando a noção do considerável poder político e militar dos coronéis no Nordeste, Pang (1979, p. 186-187) afirma:

O relacionamento dos presidentes com os coronéis da Bahia foi ainda mais reforçado pela participação dos últimos na defesa da legalidade e na campanha contra a Coluna Prestes de 1925-27. [...]

No início de 1926, cerca de dez “batalhões patrióticos” foram organizados pelos coronéis da Bahia. Três deles tiveram um papel importante na campanha: o batalhão de Lavras Diamantinas, comandado por Horácio de Matos (cerca de 1.500 homens), o Batalhão Franklin Lins, do vale do Médio São Francisco (cerca de 800 homens), e o grupo de Abílio Wolney, formado por jagunços de Barreiras e Goiás (cerca de 1.000 homens). Essas unidades recebiam dinheiro e armas do governo federal, e os oficiais e todos os outros homens receberam postos como se pertencessem ao Exército.

A situação acima descrita por Pang encontra paralelo na obra ficcional, mais precisamente no diálogo entre Pedro Gamela e seu Nezinho, cujo assunto era a participação do coronel de Pilão Arcado na luta contra a Coluna Prestes:

— E quando é que o Coronel volta, “seu” Nezinho? O senhor sabe dizer? – pergunta Pedro Gamela.

— Quem sabe?! Nem ele mesmo! – responde o velho amigo do Coronel, que ainda acrescenta: — Ele foi comissionado coronel do Exército, e vai dar combate aos revoltosos até quando acabar com eles ou eles se entregarem. O Batalhão de Pilão Arcado foi todo engajado, com o soldo do Exército, e a negrada daqui está toda de divisa e galão, uns são capitães, outros são tenentes, outros sargentos. (C.C., p. 168)

A aproximação entre o discurso historiográfico e o literário no livro em análise é flagrante. Desde o tratamento dado ao fenômeno do coronelismo às informações sobre a presença da Coluna Prestes na Bahia, não faltam evidências de que há uma aproximação

muito grande entre o aspecto ficcional da obra em estudo e suas referências historiográficas.

Como foi dito anteriormente, por ser uma obra que aborda um contexto político e social de tanta relevância como o do coronelismo, não prescinde de recorrer a registros que de certa forma ajudam a sustentar o enredo e conferir-lhe maior legitimidade. A coincidência entre datas, fatos e personagens da obra ficcional e referências historiográficas só reforça a tese de que, ao tratar de fenômenos sociais ainda tão vivos na conjuntura social, a ficção buscará referências também no registro historiográfico.

E, no que se refere aos aspectos sociais da obra literária, Fábio Lucas (1970, p. 49-50) esclarece:

A rigor, toda obra literária que fixasse uma personagem (imitação do homem real) poderia, em sentido amplo, ser considerada de caráter social, inclusive *Robinson Crusoe*. Mas a nossa perspectiva é outra. Não nos interessa também certos grupos ou camadas sociais recolhidos pela ficção, simplesmente por traduzirem uma aglutinação, temporária ou permanente, de seres humanos. A perspectiva social será apanhada toda vez que a personagem ou o grupo de personagens tiver seu destino ligado ao da sociedade global de que faz parte, sob o impulso das forças fundamentais que conferem historicidade às tensões entre indivíduos ou grupos.

Na obra de ficção em estudo, o destino dos personagens está diretamente vinculado à condução dos processos sociais pelos coronéis, senhores de terra e até de leis, verdadeiros comandantes políticos das regiões em que ocorrem os fatos norteadores da trama. Dessa maneira, o coronelismo e seus mecanismos de atuação determinam o destino dos moradores das regiões sob seu controle, e conseqüentemente sobre os personagens de *Os Cabras do Coronel*. Essa situação, portanto, confere à obra um aspecto social indiscutível, o que a aproxima de fatos históricos que contribuem para dar-lhe sustentação e até legitimidade no registro dos fatos ao longo da narrativa.

4. Ecos do sebastianismo

Na segunda obra da trilogia, *O Reduto*⁵, continuam a se verificar os traços em comum entre História e ficção, porém com menos intensidade que na primeira obra. Trata-se de uma narrativa mais extensa, em que ocorre uma atenuação dos combates, dando-se mais ênfase ao processo de espera da população pelo coronel, que está em luta contra a

⁵ Este livro passa, a partir de agora, a ser indicado pelas iniciais O. R.

Coluna Prestes. Essa espera produz pelo menos dois aspectos importantes na construção mítica do protagonista pelo narrador: de um lado, na sua ausência, multiplicam-se as histórias sobre os grandes feitos do coronel em mais uma grande batalha, movida por um motivo muito nobre, livrar a todos da “ameaça” da Coluna Prestes.

Por outro lado, constitui um traço sebastianista⁶ na condução narrativa, mostrando uma população inteira devotada a seu líder esperando por seu retorno, pela recondução do grande líder, tal qual Dom Sebastião era esperado pelos compatriotas, mas nunca regressou da batalha de Alcácer-Quibir. A angustiada espera se revela na passagem: “[...] a Vila não fazia outra coisa, não se preparava para outra coisa, não pensava em outra coisa, senão no regresso do Coronel, preocupação que tomara conta de todos, sobrepondo-se e anulando as demais. Não se falava de nada, não se cogitava de coisa alguma, uma palha não era movida, que não fosse em função do esperado acontecimento. A expectativa do regresso era vivida por todos [...]”. (O.R., p. 164).

Porém, ao contrário do nobre lusitano, o protagonista retorna em festa ao seu torrão, para a alegria e êxtase de seus seguidores, trazendo inúmeras histórias grandiosas de mais uma luta ganha e um poder cada vez maior sobre o seu território. O Sebastianismo, revelado na obra em análise pela manifestação da espera dos sertanejos pelo seu líder, fixou-se no Brasil com mais força em regiões mais distantes do litoral, conforme explica Aguiar (1999, p. 89):

A espera sebastianista, transposta para o Brasil pela *gente impressionável* dos primeiros tempos da colonização, crescida durante a implantação inquisitorial no reino, dera uma forma de convivência daquelas camadas profundas com as estruturas transplantadas, no plano religioso, mas também, no político e cultural. Por “atavismo” ficara intacta no sertão, enquanto no litoral se dissolvera em contato com outras raças e outras gentes (provavelmente o africano, cujas crenças não eram do tipo messiânico como a cristã).

A luta do Coronel e seus comandados contra a Coluna Prestes estabelece na narrativa mais pontos de aproximação entre Literatura e História. Informações se cruzam entre ambos os discursos, chegando a ocorrer coincidência de fatos, datas e pessoas, como o momento em que as tropas do Coronel conseguem empurrar as fileiras

⁶ O Sebastianismo se tornou lenda de caráter político e religioso e teve, no Brasil, um importante seguidor: Antonio Conselheiro, o líder de Canudos. Segundo D’Onofrio (2005): “A lenda do Sebastianismo foi motivada pelo fato de que não foi encontrado o corpo do rei Dom Sebastião, derrotado na batalha de Alcácer-Quibir, travada pelo exército português contra os mouros, em 1573. A imaginação popular acreditou que D. Sebastião estivesse ainda vivo e escondido em algum lugar, ‘encoberto’, e que viria no momento propício redimir a nação lusa, anexada à Coroa espanhola em 1580”.

da Coluna para a fronteira com a Bolívia. Tal fato acontece em fevereiro de 1927 (Drummond, 1999, p. 71), mesmo mês e ano relatados na obra de ficção:

Do outro lado da linha divisória é a Bolívia, e lá estão, igualmente acampados em barracas de campanha, os revoltosos. [...] Aquela era sua primeira noite de repouso, em quase oito meses de marchas e combates. Deixara a Vila no mês de junho do ano anterior, e há quase uma semana parlamentava com os rebeldes e com as autoridades de fronteira da Bolívia, com o objetivo de recuperar as armas do Exército Brasileiro, o que, finalmente, conseguira. (O.R., p. 104)

Mais adiante, complementando a informação anterior, o narrador relata: “O Coronel Franco, naquele ano de 1927, era um vigoroso sertanejo de quarenta e seis anos, tendo, ainda muito jovem, sucedido ao pai [...]”. (O.R., p. 107). Reunindo as informações anteriores, estando no de 1927, tendo o Coronel saído de Pilão Arcado oito meses atrás, em junho do ano anterior, chega-se a fevereiro de 1927, registro idêntico ao histórico: “Os homens de Horácio de Matos e Franklin de Albuquerque, com seus líderes à frente, perseguiram a Coluna até sua saída do território brasileiro, em fevereiro de 1927”. (Drummond, 1999, p. 73).

As coincidências vão além. Na obra de ficção, o narrador faz referência à recuperação de armas em posse dos “revoltosos” da Coluna pelos jagunços do coronel. Macaulay (1977, p. 227) também registra esse fato em obra historiográfica:

No dia 4 de fevereiro de 1927, os 620 revolucionários brasileiros entregaram à guarnição de San Matias suas armas militares – 90 fuzis Mauser, quatro metralhadoras, dois fuzis automáticos e 8000 pentes de balas – e, de maneira formal, colocaram-se sob a proteção do governo boliviano. Foi quando os jagunços baianos irromperam através da fronteira boliviana em sua perseguição, só recuando para o Brasil depois que o governo da Bolívia protestou no Rio de Janeiro e depois que os bolivianos entregaram as armas que haviam tomado da Coluna Prestes ao coronel Franklin de Albuquerque.

Com o fim da luta, chega o momento de o coronel Franco retornar com seus jagunços a Pilão Arcado. O retorno, arduamente esperado pelos seus conterrâneos, também era um desejo do líder sertanejo, depois de tantos meses em combate: “Estirado na rede, o chefe sertanejo passava em revista os acontecimentos daqueles últimos seis dias, sentindo-se, intimamente, satisfeito por já poder voltar ao seu velho Pilão Arcado”. (O.R., p. 104). Após mais uma significativa vitória em sua vida de lutas e desafios constantes, chegava a hora de voltar para o “seu povo” e de colher as alfaías de mais um episódio que o fortalecia militar e politicamente.

O retorno para a Bahia, no entanto, foi demorado, tendo em vista que teria de ser feito em parte do caminho sob o ritmo lento do trotar de homens e animais e nos vapores do rio São Francisco, não menos morosos. Moraes (1984, p. 165) relata parte dessa viagem: “[...] os homens dos Batalhões Patrióticos seguem para Belo Horizonte e, de lá para Januária. Descem o São Francisco. Os que obedecem ao comando do coronel Franklin de Albuquerque vão ficando na Barra, Remanso, Pilão Arcado”. Enquanto isso, a cidade de Pilão Arcado se preparava para a festa do regresso de seus heróis:

As ruas, recobertas de bandeirolas de papel de cores várias, apresentavam um aspecto bizarro, com o vento-geral a agitar, fantasticamente, todo aquele emaranhado de cordões coloridos e bandeirinhas policrômicas. Na Rua da Várzea, onde ficava a casa do Coronel, além das bandeirolas de cores vivas, havia postes de carnaúba enfeitados de palmas, balizando o caminho por onde passaria o cortejo. Ao longo do percurso a ser percorrido pelo Coronel, três gigantescos arcos-do-triunfo tinham sido erguidos, e no centro de cada um deles um dístico saudava os heróis da terra. (O.R., p. 252)

A expectativa em torno da chegada do coronel e seus jagunços crescia a cada momento, enquanto toda a cidade aguardava pelo apito do vapor “Antonio Muniz”, que trazia a comitiva. A chegada do líder e seus jagunços foi muito festejada pelo povo de Pilão Arcado e pelos seus amigos e aliados. Do vapor, o coronel via “seu povo e a alegria que dele se apoderava” (O.R., p. 254). Seu retorno fecha o ciclo da estrutura de espera que se abatera sobre a cidade às margens do rio São Francisco, e inaugura a expectativa em torno da última parte da trilogia em estudo, substituindo a distensão dos acontecimentos verificada nesta obra por mais ação em novos embates contra inimigos políticos.

5. Entre a política e as batalhas

A narrativa que encerra a trilogia do coronelismo do escritor Wilson Lins, *Remanso da Valentia*⁷, retorna à característica comum do universo coronelista: o conflito. Nesta obra, as atenções do coronel se voltam para os conflitos mais próximos, depois de levar meses combatendo contra a Coluna Prestes longe de seus domínios.

Seu principal adversário, Torquato Thebas, líder político de Remanso, faz incursões sobre a cidade de Sento-Sé, comandada por correligionários do coronel Franco, tentando assumir o seu controle, mas não alcança êxito, uma vez que o reforço

⁷ Este livro passa, a partir de agora, a ser indicado pelas iniciais R.V.

de homens e armamentos fornecido pelo coronel de Pilão Arcado contribui para a manutenção do poder instituído na cidade. Thebas, então, decide dar uma cartada decisiva, planejando a morte de seu maior inimigo. O assassinato não se consuma, e em Remanso explode a guerra, graças aos embates entre as forças do chefe local e os aliados de Franco.

A batalha final da trilogia se inicia graças a mais um ato de truculência dos jagunços de Thebas, que destruíram um estabelecimento comercial de um protegido de Honório Campinho e Ormuth Castelo, opositoristas do líder de Remanso e, portanto, aliados do coronel Franco. O fato, por si só, não seria suficiente para causar uma batalha tão grande como a que aconteceria em seguida, mas a tensão entre as forças políticas locais precipitaria o combate: “Em outra oportunidade qualquer, o fato não teria maiores consequências, mas como a cidade vinha de há muito vivendo sob grande tensão, com a jagunçada de Thebas a promover toda espécie de arruaças pelas ruas, o que poderia ter sido resolvido com uma simples reprimenda do delegado ou mesmo do comandante do destacamento, ganhou proporções, provocando a deflagração da guerra entre as duas facções.” (R.V., p. 213)

A guerra entre as forças inimigas se intensificou com a chegada dos reforços vindos de Pilão Arcado, inclusive com a presença do coronel Franco no campo de batalha, para se juntar aos seus aliados em Remanso contra Thebas e seus jagunços. As lutas foram sangrentas e intensas, conforme o relato do narrador: “Era meio-dia, no varzedo que separa o Remanso do capão. Há vinte e seis horas, situacionistas e opositoristas trocavam tiros naquele raso e arenoso pedaço de alagadiço. [...] Depois de vinte e seis horas de combates, que só se tornaram menos encarniçados durante a noite, os jagunços de ambos os lados, naquele nubloso meio-dia, entre um tiro e outro, permutavam xingamentos através do valejo.” (R.V., p. 222-223).

A luta relatada no livro tem registro historiográfico, inclusive com detalhes que evidenciam sua aproximação da narrativa ficcional, reforçando essa característica já presente nos dois primeiros livros da trilogia:

O recrudescimento entre Leobas e os partidários dos Cels. (sic) José Castelo e Olímpio Campinho, perseguidos de todas as formas pelo chefe local, originou a luta de fevereiro de 1930, aqui em Remanso, entre forças do Cel. Franklim de Albuquerque, amigos e parentes do Cel. José Castelo Branco contra as forças de Francisco Leobas na escaramuça ocorrida no Capão de Cima, com mortes de ambos os lados. (Santos, 2005, p. 34).

Além da semelhança flagrante entre o nome do antagonista da obra ficcional, Thebas, e o nome do opositor de Franklin de Albuquerque em Remanso, Leobas, já relatada no item anterior, percebem-se outras coincidências entre o relato histórico e o ficcional. Os sobrenomes dos aliados do coronel de Pilão Arcado são os mesmos, e também o local dos combates (Capão).

O sangrento combate só terminaria com a interferência do governo estadual. O governador enviou para a região um delegado especial, que ficou responsável por cessar os embates e arquitetar um acordo entre os litigantes. Na obra em estudo, a comunicação do envio do representante do governo se deu por um telegrama enviado ao coronel Franco: “- Cel. Franco Leal, Pilão Arcado, Bahia. Apelo eminente contrerrâneo sentido fazer cessar qualquer ação bélica contra Remanso até chegue àquela cidade Dr. Chagas Júnior vg delegado-especial acabo nomear inspirado propósito promover pacificação família remansense Pt Espero toda colaboração sua parte pt Cordiais saudações – Vital Soares vg Governador Estado.” (R.V., p. 241)

A presença do delegado especial também é registrada no discurso historiográfico, com uma pequena alteração no nome do emissário: Chagas Filho. Também é destacada sua importância no sentido de garantir a paz na cidade de Remanso: “A trégua entre ambas as facções foi conseguida pelo delegado especial vindo de Salvador, na ocasião, chamado Dr. Chagas Filho, que após obter a paralisação do conflito, assegurou proteção às partes envolvidas, dando por terminada a sua tarefa de apaziguar os ânimos na região.” (Santos, 2005, p. 34)

O final da última obra da trilogia aponta para mais um retorno heróico do coronel Franco à sua querida Pilão Arcado. Apesar de a batalha contra Thebas não ter tido um vencedor, o narrador indica o maior prestígio de Franco, que garantiu uma vida mais tranquila, sem perseguições, para seus correligionários em Remanso.

Remanso da Valentia, apesar de em menor intensidade que nas duas obras anteriores, relata situações em que a ficção e a história se aproximam e exibem dados e informações quase idênticos. Esse fato ratifica o quanto a trilogia do coronelismo de Wilson Lins utiliza-se um discurso ficcional, mas amparado nas referências históricas e biográficas do autor.

O coronelismo marcou o século XX no Brasil, mais precisamente o Nordeste, onde esse fenômeno se manifestou com mais intensidade e maior amplitude. Obras de

ficção como aquelas escritas por Wilson Lins trazem este tema como referência para a narrativa ficcional, apresentando esse importante momento da história do país, ajudando a refletir sobre os mecanismos e consequências da atuação dos chefes locais e como esses fatos influenciam a estrutura política nacional até os dias de hoje.

Além do fato de abordar um tema tão importante no âmbito social da nação, a obra do jornalista baiano merece destaque também por associar, de forma coerente, fatos comprovadamente reais, como já foi visto, constantes dos registros historiográficos, a uma narrativa de ficção vigorosa, dando conta do universo dos coronéis e sua influência, das pessoas que os cercavam e das inúmeras batalhas que travavam pelos sertões da Bahia. Se, conforme propõe Jacques Leenhardt (2000, p. 22), “o historiador pode analisar as idéias gerais que dominam uma época. O romancista deve encarná-las nos personagens”, assim foi feito com êxito pelo autor das obras aqui analisadas, deixando entrever, ao longo da sua narrativa, tênues fronteiras entre o registro literário e o registro da História.

Revisão: Ms. André Tessaro Pelinser

Referências

AGUIAR, Flávio Wolf de. A estrutura da espera. In: PRATT, Mary Louise et al. *Literatura e História: perspectivas e convergências*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. Trad. Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. (Biblioteca básica).

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

D'ONÓFRIO, Salvatore. *Pequena enciclopédia da cultura ocidental: o saber indispensável, os mitos eternos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUMMOND, José A. *A Coluna prestes: rebeldes errantes*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção tudo é história; 103)

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12. ed. v. 2. São Paulo: Globo, 1997.

LEENHARDT, Jacques. O retrato de Rodrigo Cambará. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LINS, Wilson. *Aprendizagem do Absurdo: uma casa após a outra*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

_____. *Os Cabras do Coronel*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

_____. *O Reduto*. São Paulo: Martins, 1965.

_____. *Remanso da valentia*. São Paulo: Martins, 1967.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Série Rumos da Cultura Moderna; v. 36).

MACAULAY, Neil. *A Coluna Prestes: Revolução no Brasil*. Trad. Flora Machman. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1977.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Trad. Marina Appenzeller. Rev. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção leitura e crítica).

MORAES, Walfrido. *Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção Retratos do Brasil; v. 128).

SANTOS, Severino Ferreira dos. *Remanso: passado e presente*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP; Salvador, EDUFBA, 2008.

VALVERDE, Luiz Antonio de Carvalho. *Percursos narrativos de Wilson Lins: uma trilogia do coronelismo*. Feira de Santana, 2002, 142 p. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural). PPgLDC, UEFS, 2002.

WHITE, Hayden. *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. (Coleção Ponta; v. 4).

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. (Ensaio de Cultura; vol. 6).